



## **Declaração à reunião Ministerial da Coalizão de Alimentação Escolar**

*Preparado pelo Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar,  
uma iniciativa da Coalizão de Alimentação Escolar*

29 de outubro de 2024

O Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar foi lançado em 2021 como uma iniciativa global para fornecer orientação independente e baseada em evidências aos 103 Estados-Membros da Coalizão de Alimentação Escolar, à medida que se recuperam da pandemia de COVID-19 e reconstituem a saúde, a educação e o futuro das suas crianças e adolescentes em idade escolar.

Orientado por uma estratégia de pesquisa independente de 10 anos, o Consórcio de Pesquisa opera através de uma academia global de mais de 850 acadêmicos, decisores políticos e profissionais de mais de 85 países para consolidar e filtrar resultados da pesquisa, de modo a orientar abordagens implementáveis que os decisores políticos podem aplicar nos seus próprios contextos nacionais. O amplo apoio dos doadores permite que o Secretariado do Consórcio de Pesquisa – assim como suas seis Comunidades de Prática consolidadas – crie uma voz e perspectiva globais, colaborando com centros nacionais e regionais na tradução dos resultados das pesquisas para os decisores regionais, nacionais e subnacionais. Além de expandir a rede global independente de acadêmicos e profissionais, o Consórcio de Pesquisa está criando crescentes parcerias com outras redes globais e regionais estabelecidas, incluindo o Centro Global de Alimentação Escolar da FAO e a Rede Interparlamentar para a Educação (IPNEd) para compartilhar pesquisas e orientações úteis com os parlamentares.

Como nos anos anteriores, esta Declaração Anual de Pesquisa apresenta novas (2024) perspectivas programáticas e políticas, bem como contribui para a evolução das evidências desde a Cúpula da Coalizão de Alimentação Escolar de 2023 em Paris.<sup>1</sup> A Declaração é fundamentada nesta base de dados através da exploração das implicações para as políticas públicas, com o objetivo de contribuir para o alcance, a qualidade e a abrangência dos programas nacionais de alimentação escolar até 2030.

A Declaração foi preparada pelo Consórcio de Pesquisa como um insumo para os parlamentares e decisores políticos dos países membros da Coalizão. Os conhecimentos consolidados nesta Declaração se baseiam em análises lideradas pela academia global do Consórcio de Pesquisa, conforme indicado em cada declaração abaixo.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> A Declaração de 2023 para a Cúpula da Coalizão de Alimentação Escolar pode ser consultada aqui:  
<https://doi.org/10.17037/PUBS.04671285>

<sup>2</sup> Aviso: Favor notar que os pontos de vista apresentados neste artigo são os dos autores individuais e não refletem, necessariamente, os pontos de vista da Coalizão de Alimentação Escolar e seus membros.

## **Novas Evidências sobre o Design e Benefícios dos Programas de Alimentação Escolar**

- 1. As refeições escolares são eficazes para melhorar o crescimento, a matrícula e a aprendizagem e, no caso de resultados educacionais, apresentam uma classificação favorável em relação a outras intervenções populares de educação.**

Há evidências crescentes de que a alimentação escolar tem um impacto positivo nos resultados da educação. Descobertas recentes (análises de estudos experimentais e quase-experimentais) mostram que a alimentação escolar pode render até meio ano escolar de alta qualidade por USD 100 gastos. Esses programas têm uma classificação favorável em relação aos programas populares de educação. Esses ganhos são impulsionados principalmente por estudos com efeitos consideráveis nos resultados de aprendizagem, embora tais efeitos tenham alta heterogeneidade entre diferentes contextos. Os efeitos parecem persistir mesmo em estudos de maior escala. Esses resultados parecem ser apoiados por procedimentos de avaliação muito rigorosos em ambas as revisões sistemáticas Cochrane padrão-ouro que foram realizadas. A primeira revisão sistemática Cochrane sobre este tema foi realizada em 2007, analisou 18 estudos que cumpriam os critérios estritos da Cochrane e encontraram um aumento dos Z-scores de peso e altura para a idade e benefícios modestos para as pontuações em matemática e de testes de inteligência. Esses resultados contribuíram para catalisar a crescente implementação global dos programas de alimentação escolar ao longo da primeira década do segundo milênio. A revisão sistemática Cochrane de 2024 aumentou a profundidade e a amplitude desta análise, aumentando o número de estudos admissíveis para 38. Os resultados até à data fornecem mais apoio às observações de 2007.

Comunidade de Práticas de Impacto e Evidência do Consórcio de Pesquisa; fontes adicionais: [1-3]

- 2. As análises recentes mostram o impacto das transferências monetárias e da alimentação escolar enquanto programas de redes de segurança social, sugerem que ambas são eficazes e que nenhuma delas é universalmente superior para satisfazer as necessidades das crianças em idade escolar vulneráveis.**

Há muito tempo, a alimentação escolar e as transferências de renda tem sido a base dos programas de proteção social destinados a crianças e adolescentes em idade escolar. Tanto as transferências monetárias como as refeições escolares visam promover a participação escolar ao mesmo tempo que proporcionam uma rede de segurança, mas o fazem de formas diferentes. As transferências monetárias oferecem apoio financeiro direto às famílias, enquanto a alimentação escolar fornece assistência em espécie, garantindo que as crianças recebam pelo menos uma refeição nutritiva por dia na escola. Na última década, tanto as transferências monetárias como as refeições escolares cresceram em importância global: as transferências monetárias se tornaram o instrumento de assistência social padrão para os países de baixa renda, enquanto os programas de merenda escolar surgiram como a rede de segurança mais extensa do mundo, que agora servem cerca de 41% das crianças no ensino primário globalmente. Os dois programas são frequentemente implementados em conjunto: por exemplo, as reformas sociais do Brasil nos anos 2000 introduziram simultaneamente o Bolsa Família (programa de transferência de renda) e o PNAE, que ainda é o segundo maior programa universal de alimentação escolar gratuita do mundo. Revisões recentes dessas duas abordagens mostram que nenhuma delas é universalmente superior, uma vez que a eficácia relativa das transferências de renda e das intervenções baseadas em alimentos, como a alimentação escolar, é altamente específica de cada contexto. Em alguns casos, o dinheiro pode oferecer maior flexibilidade e empoderamento para as famílias; em outros, o fornecimento de alimentos pode ser mais eficaz no tratamento direto da fome e das deficiências

nutricionais. Será necessário considerar os pontos programáticos e políticos mais fortes e complementares de cada abordagem para determinar a melhor forma de atingir o objetivo de alcançar os alunos mais vulneráveis nas escolas primárias e secundárias dos países de renda baixa e média-baixa.

Secretariado do Consórcio de Pesquisa; fontes adicionais: [4-5]

### **3. A alimentação escolar representa um bom custo-benefício. Em nossos estudos na África, é rentável em todas as regiões e sub-regiões onde foram realizadas análises nacionais.**

A alimentação escolar proporciona uma vasta gama de benefícios multissetoriais em pelo menos quatro setores: (1) educação, através do aumento da matrícula, frequência e retenção de alunos nas escolas; (2) saúde e nutrição, através da melhoria do estado nutricional dos alunos e da prevenção de certas doenças (anemia, por exemplo); (3) proteção social, através da transferência de valor significativo para as famílias dos beneficiários, por meio de refeições gratuitas ou subsidiadas; e (4) economia agrícola local, através do início e estabelecimento de mercados estáveis para os pequenos agricultores locais. Refeições escolares fornecem uma abordagem integrada para melhorar os resultados em todas essas áreas, mesmo que não seja necessariamente a ferramenta mais eficiente para um único setor por si só. Ao servir a múltiplos propósitos, a alimentação escolar se torna uma escolha política atraente, especialmente em ambientes com recursos limitados, onde os governos procuram maximizar o impacto dos programas públicos. As conclusões preliminares de oito países da África Subsaariana mostram que os programas de alimentação escolar são rentáveis em todas as sub-regiões dos oito países, no que diz respeito aos ganhos obtidos nos setores da educação, da saúde e da nutrição. Para cada USD 1 investido na alimentação escolar, podem ser esperados benefícios entre USD 1 e USD 20, dependendo das características específicas dos programas nacionais de alimentação escolar e das características socioeconômicas, educativas e epidemiológicas locais de cada país. Em alguns locais, esses ganhos são mais elevados para meninas do que para meninos. A alimentação escolar pode trazer grandes benefícios de equidade e redistribuição para os mais necessitados dentro dos países. De fato, a transferência de valor (por beneficiário da refeição escolar) para as famílias pode alcançar 10-20% das despesas anuais com alimentação das famílias entre os mais pobres.

Comunidade de Prática em Análises e Métricas do Consórcio de Pesquisa; fontes adicionais: [6]

### **4. A análise das políticas públicas em quinze países, por categoria de renda, identifica abordagens comuns que ajudaram a garantir uma cobertura equitativa.**

A Comunidade de Prática de Bons Exemplos visa apoiar as equipes nacionais na elaboração de estudos de caso sobre programas nacionais de alimentação escolar em todos os estados-membros da Coalizão de Alimentação Escolar. Uma análise comparativa de todos os programas nacionais ajudará a identificar os desafios comuns e as suas soluções. Estudos de caso estão em curso atualmente em 48 países. A análise dos 15 estudos publicados até à data em quatro continentes destacou boas práticas comuns, incluindo: (i) Utilização de padrões nutricionais para melhorar a qualidade e a diversidade da alimentação escolar, em apoio ao bem-estar; (ii) Incorporação de práticas culturais nos menus escolares como mecanismo para promover a compra local e a soberania alimentar nacional; (iii) Envolvimento de estudantes, pais, comunidade e autoridades locais na concepção e implementação de programas de alimentação escolar, de modo a promover a propriedade nacional do programa; (iv) Adoção de uma abordagem que envolve toda a escola, indo além da oferta de refeições de qualidade e integrando também a nutrição complementar e a educação em saúde, para promover comportamentos de promoção da saúde ao longo prazo; (v) Em contextos em que a alimentação escolar ainda não é universalmente

oferecida, alguns países implementam um orçamento específico para crianças vulneráveis, com o objetivo de reduzir a pobreza (por exemplo, na Etiópia e no Benim); (vi) Quando numerosas partes interessadas (incluindo organismos internacionais) estão envolvidas na execução do programa, a criação de uma agência nacional é fundamental para coordenar os esforços, criar acordos e garantir a adesão às políticas públicas sobre padrões nutricionais e abastecimento local; e (VII) Implementação de medidas de emergência ajuda a garantir a continuidade e a resiliência dos programas de alimentação escolar, como tem sido feito na Ucrânia.

Comunidade de Prática Bons Exemplos do Consórcio de Pesquisa; fontes adicionais: [7-19]  
Este resultado foi a "3ª Prioridade" de pesquisa identificada na Declaração de Pesquisa de 2023 do Consórcio.

### **5. A nutrição é importante para o bem-estar das crianças e adolescentes durante os "primeiros 8.000 dias".**

Pesquisas recentes sobre os "primeiros 8.000 dias" de vida, que abrangem o período de desenvolvimento desde a concepção até o início da idade adulta, ressaltam a importância crítica da nutrição na formação dos resultados de saúde ao longo da vida. Durante esse período, a nutrição otimizada desempenha um papel fundamental no crescimento físico, no desenvolvimento comportamental e cognitivo e na prevenção de doenças crônicas e infecciosas. A pesquisa tem enfatizado a importância da nutrição materna durante a gravidez para influenciar o crescimento e a saúde a longo prazo. A má nutrição materna é associada a resultados adversos, como o baixo peso ao nascer e o crescimento atrasado, que podem persistir até a idade adulta. Além disso, a nutrição na primeira infância, particularmente durante os primeiros 1.000 dias de vida (desde a concepção até os dois anos de idade), tem sido destacada como crucial para o desenvolvimento do cérebro e a função do sistema imunológico. Estudos demonstraram que a ingestão adequada de nutrientes essenciais durante esse período é essencial para o neurodesenvolvimento e para reduzir o risco de deficiências cognitivas mais tarde na vida. A nutrição durante a terceira infância e a adolescência, os "próximos 7.000 dias", é cada vez mais reconhecida pelo seu papel potencial no apoio à recuperação do crescimento durante os períodos de rápido crescimento que ocorrem entre as idades de 5-9 anos e na puberdade. A religação cerebral que ocorre ao longo deste período, mais intensa na adolescência tardia, quando combinada com uma educação adequada, pode ajudar a estabelecer comportamentos saudáveis ao longo da vida, incluindo preferências alimentares. Uma boa nutrição durante esses períodos críticos de desenvolvimento, abrangendo os próximos 7.000 dias, ajudará a preparar o terreno para a saúde a longo prazo, incluindo a redução do risco de doenças não transmissíveis e infecciosas, melhoria do desempenho cognitivo e no trabalho, melhoria da saúde reprodutiva e expectativa de vida. Ao todo, pesquisas recentes continuam a destacar o papel fundamental que a nutrição durante os primeiros 8.000 dias desempenha na promoção da saúde a longo prazo, enfatizando a necessidade de estratégias abrangentes para garantir uma nutrição adequada ao longo dessa fase de desenvolvimento. Atualmente, o mundo investe USD 2,8 bilhões por ano em educação durante os próximos 7.000 dias, mas as estimativas sugerem que o investimento atual em bem-estar durante essa fase representa menos de 2% do montante investido em educação.

Comunidade de Prática em Nutrição do Consórcio de Pesquisa; fontes adicionais: [20]  
Este resultado foi a "2ª Prioridade" de pesquisa identificada na Declaração de Pesquisa de 2023 do Consórcio.

### **Novas evidências sobre políticas eficazes de alimentação escolar**

**1. O fechamento prolongado de escolas em resposta à pandemia de COVID-19 teve fortes consequências sociais, educativas e econômicas negativas, e destacou o valor dos programas escolares para o bem-estar das crianças e dos jovens.**

Recentemente, as consequências do fechamento de escolas durante a pandemia de COVID-19 foram objeto de análises influentes do Grupo Banco Mundial para identificar as prioridades de controle de doenças. A decisão de fechar as escolas no início da pandemia refletiu a experiência de saúde pública na gestão da transmissão da gripe. Esse precedente, por sua vez, levou os países de todo o mundo a fecharem as escolas como medida de precaução, mesmo antes de se compreender a evidência direta do papel epidemiológico das crianças e adolescentes na transmissão da COVID-19. As evidências emergentes para o impacto dessas decisões na saúde pública permanecem mistas. No entanto, geralmente há baixa confiança nas evidências de que o fechamento de escolas, ou ações preventivas em escolas que não foram fechadas, tiveram consequências significativas para a transmissão da COVID-19 para a população escolar primária ou para a população em geral. Em contrapartida, a evidência global mostra consequências consideráveis para a formação de capital humano e o bem-estar dos alunos; o fechamento de escolas no contexto da pandemia de COVID-19 levou a uma redução de 9% no desempenho da aprendizagem em testes padronizados, o que, ao longo do tempo, estima-se que afetem negativamente os ganhos ao longo da vida em 6%. Os fechamentos tiveram consequências sociais imprevistas adicionais, incluindo o aumento das taxas de casamento e gravidez precoces para meninas em idade escolar, de trabalho inadequado para todas as crianças em idade escolar, além de abandono escolar substancial e muitas vezes irreversível. A experiência contrafactual do fechamento de escolas e da eliminação da maioria das formas de apoio a crianças em idade escolar e adolescentes estimulou os governos nacionais a restabelecerem e reforçarem os investimentos em serviços escolares. Os programas nacionais de alimentação escolar, em particular, revelaram-se importantes para elevar a participação e a frequência escolar, especialmente importante dado que o absentismo crônico aumentou após os fechamentos causados pela pandemia. As lições aprendidas com a pandemia podem moldar as ações governamentais nas escolas em pandemias subsequentes, que terão novamente de pesar os compromissos entre a proteção da saúde pública e a integridade do sistema escolar. A criação da Coalizão de Alimentação Escolar é destacada como uma ação particularmente positiva.

Secretariado do Consórcio de Pesquisa; fontes adicionais: [21]

**2. A Abordagem de Sistemas para Melhores Resultados em Educação (SABER) do Grupo Banco Mundial se tornou um instrumento político institucionalizado em países de renda baixa e média-baixa.**

Desde sua introdução, em 2011, pelo menos 59 países utilizaram essas ferramentas 81 vezes para autoavaliação de suas políticas nacionais de alimentação escolar e programas complementares em relação aos parâmetros de referência internacionais, assim como para ajudar a identificar prioridades implementáveis para reforçar os programas nacionais. Globalmente, a Ferramenta de Alimentação Escolar SABER foi adotada por 68% dos países de renda baixa e 54% dos países de renda média-baixa do mundo. O SABER é único, pois é um processo liderado e concluído pelos governos. Uma análise dos inquéritos SABER sugere que os países com quadros nacionais de alimentação escolar mais estabelecidos tendem também a ser mais avançados em outros domínios políticos, e que os domínios políticos mais fracos dizem respeito à concepção dos programas, à execução e ao espaço orçamental. Dadas as complementaridades entre a alimentação escolar e outras intervenções de saúde baseadas na escola, o Banco Mundial e o WFP combinaram elementos-chave dos quadros SABER de Alimentação Escolar e Saúde Escolar em uma única e abrangente ferramenta de política pública. O projeto Healthy-SABER pretende envolver ainda mais os atores multissetoriais na concepção de políticas eficazes e holísticas de saúde escolar, esclarecer áreas-chave para novos investimentos, e está atualmente sendo

implementado pelos governos de toda a África, com o apoio dos setores de Desenvolvimento Humano do Grupo Banco Mundial e do WFP.

Secretariado do Consórcio de Pesquisa; fontes adicionais: [22]

Este resultado foi a 4ª Prioridade de pesquisa identificada na Declaração de Pesquisa de 2023 do Consórcio.

### **3. Os governos nacionais demonstraram compromisso de adotar políticas de alimentação escolar favoráveis ao planeta, e os dados de modelagem estimam que a implementação desses compromissos terá impactos positivos significativos na saúde humana e planetária.**

O Livro Branco sobre *Alimentação escolar e sistemas alimentares: repensando as consequências para o clima, o ambiente, a biodiversidade e a soberania alimentar*, foi apresentado no palco principal da COP 28 em Dubai em dezembro de 2023. Este artigo foi coescrito em colaboração com mais de 160 autores de 87 organizações globais e explora como os programas de alimentação escolar podem ajudar a melhorar os resultados de saúde, ambientais, climáticos e econômicos. Os governos normalmente possuem as alavancas de políticas públicas dos seus programas nacionais de alimentação escolar. Esses programas representam a maioria (cerca de 70%) de todos os sistemas alimentares geridos publicamente e atingem, global e diariamente, 418 milhões de crianças. Portanto, proporcionam uma oportunidade única para a política governamental de criar mudanças significativas nas práticas alimentares em escala. O Livro Branco identificou áreas prioritárias relacionadas à utilização dos alimentos que poderiam ser abordadas por alavancas políticas imediatamente disponíveis para os programas nacionais: alterações para tornar menus mais favoráveis ao planeta, soluções de cozinha limpas e energeticamente eficientes, redução do desperdício alimentar, educação alimentar holística e políticas de aquisição que criam procura de produção agrícola ecológica e justa. Os dados de modelagem estimam que a adoção de menus favoráveis planeta e a redução do desperdício alimentar poderiam reduzir a mortalidade por riscos alimentares em 10-20%, com uma redução de 50-60% nos impactos ambientais (incluindo emissões de GEE, uso da terra, uso de água doce e eutrofização) e tirar 120 milhões de pessoas da subnutrição. Além disso, estima-se que esses efeitos possam ser continuados na idade adulta, resultando potencialmente numa redução de 12-20% nas mortes (ou menos 3 milhões de mortes). Posteriormente, as conclusões desse relatório foram amplamente aprovadas em revistas científicas de alto impacto e estão sendo exploradas e acompanhadas na prática por vários países, incluindo Quênia, Noruega, Ruanda e Uganda. Foi identificada uma necessidade específica de criar um conjunto de ferramentas que possa ser utilizado pelos governos para avaliar os benefícios e os custos da alteração dos seus programas nacionais.

Comunidade de Prática de Alimentação e Sistemas Alimentares do Consórcio de Pesquisa; fontes adicionais: [23]

Este resultado aborda a 1ª Prioridade de pesquisa identificada na Declaração de Pesquisa de 2023 do Consórcio.

### **4. As práticas de compras públicas têm o potencial de influenciar as práticas agrícolas, incluindo a promoção de um foco renovado na agricultura regenerativa.**

O Livro Branco favorável ao planeta identificou o papel dos contratos públicos na contribuição para mudanças nas práticas agrícolas a longo prazo. No entanto, a pesquisa de seguimento sugere que a alimentação escolar pode contribuir para uma transformação mais ampla do sistema alimentar através de múltiplas vias e processos, para além da via mais tradicionalmente compreendida de apoio à produção para os produtores de alimentos. Através dos seus vários componentes operacionais, como o desenvolvimento de menus e hortas escolares, fornece uma plataforma única para o envolvimento de programas e políticas de saúde pública, conservação e produção de alimentos. Dada a natureza localizada da maioria dos programas de alimentação escolar, a transformação do sistema alimentar

catalisada através de programas de alimentação escolar é particularmente sensível ao contexto e impulsionada pela comunidade. No momento, existem cinco estudos específicos por país, em toda a África Subsaariana, que estão explorando essas questões, incluindo o desenvolvimento de métodos de investigação interdisciplinares adequados para captar o elemento diverso das interações entre os programas e menus de refeições escolares e o sistema alimentar mais amplo. Algumas áreas-chave da investigação em curso incluem o papel da alimentação escolar na promoção de alimentos adaptados para o clima, na melhoria da equidade de gênero, no acesso a recursos financeiros e no apoio à agrobiodiversidade. A pesquisa também explora como os programas de alimentação escolar podem ajudar a alinhar as políticas em torno de questões como a partilha de material de plantação pelos agricultores e a adoção de alimentos biofortificados, no contexto das práticas agrícolas tradicionais e da soberania alimentar. Também está sendo desenvolvida uma estratégia de pesquisa específica para compreender como essa transformação pode também influenciar os métodos agrícolas, tais como a promoção da agricultura regenerativa, e quais são os fatores, restrições e riscos associados.

Comunidade de Prática de Alimentação e Sistemas Alimentares do Consórcio de Pesquisa; fontes adicionais: [23]  
Este resultado aborda a 1ª Prioridade de pesquisa identificada na Declaração de Pesquisa de 2023 do Consórcio.

### Ações prioritárias de apoio aos Estados-Membros da Coalizão para Alimentação Escolar

Com base nas evidências acumuladas ao longo de três anos de análise com os 103 Estados-Membros da Coalizão de Alimentação Escolar, e para além dos programas de pesquisa em curso das Comunidades de Prática e dos conhecimentos da nossa Academia global, o Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar priorizou os seguintes cinco tópicos de pesquisa para o próximo ano:

1. **Apoiar ações governamentais para melhorar a sustentabilidade climática e ambiental dos programas nacionais de alimentação escolar.** Trabalhar com os governos para criar um "kit de ferramentas de sustentabilidade", de acesso aberto, com ferramentas políticas e programáticas para ajudar os países na concepção ou adaptação de programas de alimentação escolar que otimizem co-benefícios para as pessoas e o planeta. Essas ferramentas visariam reforçar a capacidade dos governos de prever o resultado de saúde e resiliência de diferentes escolhas políticas e contribuir para decisões baseadas em evidências que refletem o contexto local.
2. **Apoiar a implementação da Iniciativa de Dados e Monitoramento da Coalizão de Alimentação Escolar para melhorar a disponibilidade de dados sobre os programas de refeições escolares.** Os esforços nesta área incluirão a criação e a população de dados de uma base de dados global para a alimentação escolar e a saúde escolar, além de análises para melhor identificar respostas implementáveis aos desafios da equidade, cobertura e qualidade do programa.
3. **Apoiar a implementação da ferramenta-piloto Healthy-SABER como uma ação conjunta com o WFP e o Banco Mundial.** O Consórcio se baseará no seu papel de analisar a eficácia das várias ferramentas desde o seu lançamento em 2011, para incluir também um foco na institucionalização do papel do Healthy-SABER como ferramenta de acompanhamento de políticas e na identificação um arquivo de políticas permanente e de acesso aberto.
4. **Explorar as opções para profissionalizar o treinamento em programas de alimentação escolar.** Isso incluirá a definição do âmbito da atual disponibilidade de oportunidades de

treinamento formal e informal, presencial e à distância, para os profissionais da alimentação escolar.

5. **Compartilhar informações de políticas públicas sobre o custo-benefício dos programas de alimentação escolar.** Existe agora um portfólio substancial e crescente de evidências sobre os retornos multissetoriais dos programas de alimentação escolar, tornando possível destilar as implicações dessas conclusões para os decisores políticos, com foco nos retornos da nutrição/saúde, educação, proteção social e agricultura. Há também a necessidade de realizar dois tipos de revisões sistemáticas: uma sobre as despesas do programa, para atualizar o conjunto de dados mais amplamente citado, que antecede a crise financeira de 2008; e a segunda sobre as despesas comunicadas, eficácia e custo-benefício das refeições escolares e dos programas de saúde escolar. Finalmente, há muito a aprender com o desempenho bem documentado dos maiores e mais experientes programas de alimentação escolar em todo o mundo, incluindo os programas no Brasil, Finlândia, Índia, Japão, República da Coreia, África do Sul e Suécia. O objetivo é fornecer aos decisores governamentais dados confiáveis sobre a escala de retorno do investimento em programas de alimentação escolar, fornecendo estimativas quantitativas para apoiar as decisões políticas.

**Agradecimentos:** Esta declaração foi preparada pelo Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar como parte do seu compromisso com a Coalizão de Alimentação Escolar. Foi concebido e escrito pelos membros do Secretariado do Consórcio de Pesquisa (Donald Bundy, Linda Schultz, Kate Morris, Sarah Vickers, Gilbert Miki, Georgia Crowley, Jasmine Catmull, Silvia Pastorino e Darren Hughes), que são inteiramente responsáveis pelo conteúdo. Gostaríamos de agradecer aos seguintes membros do Consórcio de Pesquisa pelos valiosos debates durante a preparação desta Declaração: Abimbola Adesanmi, Robert Akparibo, Harold Alderman, Noam Angrist, Manos Antoninis, Sylvie Avallone, Fatima Barry, Biniyam Bedasso, Myles Bremner, Angela Chang, Lauren Cohee, Juliana Cohen, Lesley Drake, Christina Economos, Mehrdad Ehsani, Aurélie Fernandez, Ana Carolina Ferreira de Siqueira, Aulo Gelli, Ugo Gentilini, Bibi Giyose, Afton Halloran, Dean Jamison, Flemming Konradsen, Sophie Kostelecky, Elizabeth Kristjansson, Heli Kuusipalo, Gurpinder Lalli, Matt Leach, Mouhamadou Moustapha Lo, Peiman Milani, Eric Ohuma, Muna Osman, Dan Raiten, Alice Renaud, Samrat Singh, Thalia Sparling, Marco Springmann, Stéphane Verguet e Melissa Young.

### **Referências-Chave**

1. Angrist N et al. The Impact of School Meals on Education Outcomes: A Meta-Analysis. Forthcoming.
2. Kristjansson E et al. School feeding programs for improving the physical and psychological health of school children experiencing socioeconomic disadvantage. Forthcoming. Cochrane Database of Systematic Reviews.
3. Kristjansson E, Osman M, Dignam M, Labelle PR, Magwood O, Huerta Galicia A, Cooke-Hughes P, Wells GA, Krasevec J, Enns A, Nepton A, Janzen L, Shea B, Liberato SC, Garner JA, Welch V. School feeding programs for improving the physical and psychological health of school children experiencing socioeconomic disadvantage (Protocol). *Cochrane Database of Systematic Reviews 2022, Issue 8. Art. No.: CD014794. DOI: 10.1002/14651858.CD014794.*
4. Bundy, D. A. P., U. Gentilini, L. Schultz, B. Bedasso, S. Singh, Y. Okamura, H. T. M. M. Iyengar, and M. M. Blakstad. 2024. "School Meals, Social Protection and Human Development: Revisiting Global Trends, Evidence, and Practices with a Focus on South Asia." Social Protection & Jobs Paper No. 2401, World Bank, Washington, DC.
5. Lu X, Bundy DAP, Burbano C, Antoninis M, Verguet S. Re-Estimating Global School Feeding Program Targets: How has the size of the global population of vulnerable school-age children changed post COVID Pandemic. A Working Paper of the Research Consortium for School Health and Nutrition of the School Meals Coalition. 2024.
6. Analytics & Metrics Community of Practice, Research Consortium for School Health & Nutrition. Value for money of school meals programs in sub-Saharan Africa.
7. Amoussa Hounkpatin W, Fanou Fogny N, Bodjrenou S, Koukou E, Sossou C, Assogba E, Houndolo M, Tossou W, Boyiako B, Ainin A, Saroumi Y. (2024) School Meals Case Study: Benin. Working Paper – French Only. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04672261>
8. Avallone S, Giner C, Nicklaus S, Darmon N. (2023) School Food Case Study: France. Working Paper. London School of Hygiene & Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671091>
9. Bremner M, Defeyter G. (2022) School Food Case Study: England. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671121>
10. Brennan M, Jones J, McKendrick J. (2022) School Food Case Study: Scotland. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London.
11. Brophy S, Woolley K. (2022) School Food Case Study: Wales. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London.
12. Furey S, Woodside J. (2022) School Food Case Study: Northern Ireland. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London.

13. Kodjo A, Alao BH, Lawson-Drackey M, Tiatou S. (2024) School Meals Case Study: Togo. Working Paper – French Only. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04672262>
14. Ministry of Education, Culture, Sports, Science and Technology, Japan, Ministry of Agriculture, Forestry and Fisheries, Japan. (2023). School Food Case Study: Japan. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London.
15. Ruetz AT, Tasala K, McKenna M, Marin A, Michnik K, Edwards G, Engler-Stringe R, Everitt T, Maximova K, Mosby I, Seko Y, Woodruff S. (2023) School Food Case Study: Canada. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671115>
16. Solomon Tessema M. (2023) School Meals Case Study: Ethiopia. Working Paper. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671611>
17. Stepanyak O, Sivak D. (2024) School Meals Case Study: Ukraine. Working Paper. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04672125>
18. Toossi S, Cohen J, Clift J, Turner L, Gosliner W, Schwartz M. (2023) School Food Case Study: United States of America. Working Paper. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671116>
19. Tounkara S, Kebe S, Hathie I, Tall L. (2024) School Meals Case Study: Senegal. Working Paper – French Only. London School of Hygiene and Tropical Medicine, London. <https://doi.org/10.17037/PUBS.04672263>
20. Raiten, D. J., D. A. Bundy, D. DeBernadro, A. Steiber, C. Papoutsakis, B. Jimenez, et al. Forthcoming. Biomarkers of Nutrition for Development – Knowledge Indicating Dietary Sufficiency (BOND-KIDS) The BOND-KIDS Project: Executive Summary. *Journal of Nutrition*.
21. Bundy DAP, Baltag V, Bedasso B, Burbano C, Edwards EJ, Gentilini U, Hanushek E, Oshitani H, Patouillard E, Schultz L, Tammi AM, Jamison J. The Role of School Closures and the Education System in Pandemic Preparedness and Response. Disease Control Priorities, Fourth Edition, Volume 2. Edited by Jamison DT and Norheim OF. World Bank, Forthcoming.
22. Schultz L, Renaud A, Bundy DAP, Barry FB, Benveniste L, Burbano C, Lo MM, Neitzel J, O’Grady N, Drake L. The SABER School Feeding Policy Tool: a Ten-Year Analysis of its Use by Countries in Developing Policies for their National School Meals Programs. *Front Public Health*. 2024; 12(1337600):1-14.
23. Pastorino S, Springmann M, Backlund U, Kaljonen M, Milani P, Bellanca R, et al. School meals and food systems: Rethinking the consequences for climate, environment, biodiversity and food sovereignty: A white paper of the research consortium for school health and nutrition, an initiative of the school meals coalition. London (2023). <https://doi.org/10.17037/PUBS.04671492>